

A EVIDÊNCIA DOS ESTUDANTES COM AH/SD NA TRAJETÓRIA DAS LDB's 61/71/96 EM CONFRONTO COM O ANONIMATO NA SALA COMUM: A INFLUÊNCIA DO PLANEJAMENTO COLABORATIVO NO PROCESSO DE INCLUSÃO.

Andreia Henik dos Santos ¹
Sandra Salete de Camargo Silva ²

RESUMO

A presente pesquisa está atrelada ao PROFEI (Programa De Pós-Graduação, Mestrado Profissional Em Educação Inclusiva) da Universidade Estadual do Paraná- campus União da Vitória. Examinando o percurso da Lei de Diretrizes e Bases em nosso país, nota-se que a evidência e a inclusão dos estudantes com Altas Habilidades/Superdotação vem ocorrendo paulatinamente, ainda que os mesmos sejam citados e inclusos na lei desde a LDB de 1961. Nesse sentido, ao analisar tais percursos, observa-se a necessidade de ferramentas e meios que possam proporcionar a validação dos seus direitos. Em razão disso, o planejamento colaborativo, apresenta-se como grande suporte para a efetivação de uma educação inclusiva. Com esse propósito, a pesquisa em questão, tem o objetivo de analisar como o planejamento colaborativo pode auxiliar na visibilidade e na inclusão dos estudantes com Altas Habilidades/Superdotação dentro da sala comum, visto que, quando esses estudantes são omitidos na sala comum, seus direitos são anulados. A metodologia utilizada é a pesquisa qualitativa com levantamento bibliográfico e documental, obtendo como base de autores para a fundamentação teórica, Virgolin, Mendes, Alencar e Fleith. Como resultados concluímos que, um planejamento colaborativo, quando organizado de forma efetiva com auxílio de todos os envolvidos, pode proporcionar aos estudantes com AHSD sua visibilização em sala de aula, onde também os mesmos se sintam vistos, inseridos e inclusos no contexto escolar.

Palavras-chave: Planejamento Colaborativo, Altas Habilidades, Superdotação.

INTRODUÇÃO

A pesquisa compreende que a educação inclusiva para sua completa efetivação se faz necessário com pesquisas, políticas públicas e práticas pedagógicas que assegurem e fortaleçam o direito e a qualidade da Educação a todos/as. Em razão disso, podemos identificar nas pesquisas desenvolvidas pelos integrantes do Programa de Pós-Graduação,

¹ Mestranda do Programa De Pós-Graduação, Mestrado Profissional Em Educação Inclusiva (PROFEI) da Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR, andreia.henik.unespar.t4@gmail.com

² Professora orientadora: Doutora em Educação, Docente associada da UNESPAR-PR, sandra.salete@unespar.edu.br



Mestrado Profissional em Educação Inclusiva (PROFEI), Universidade Estadual do Paraná- UNESPAR/ Campus União da Vitória.

Diante dos desafios no atual contexto educacional, a relevância dessa pesquisa se evidencia na importância de pensar em práticas colaborativas que proporcionem aos estudantes com Altas Habilidades/Superdotação a garantia dos seus direitos, priorizando uma educação de qualidade a todos/as. Nossas pesquisas buscam apresentar possibilidades na construção de um trabalho colaborativo, um planejamento colaborativo, que visem proporcionar a efetivação dos direitos e garantias de acesso e permanência a todos/as.

Segundo Bueno e Bueno (2022) a inclusão é além dos estudantes apenas estarem inseridos nas classes regulares, com o intuito de apenas ocupar o mesmo espaço, mas sim a garantia de acesso a aprendizagem promovendo a acessibilidade e a eliminação das barreiras enfrentadas que os sujeitos de direito enfrentam.

Nesse sentido, busca-se na pesquisa por objetivo analisar como o planejamento colaborativo pode auxiliar na visibilidade e na inclusão dos estudantes com Altas Habilidades/Superdotação dentro da sala comum, visto que, quando esses estudantes são omitidos na sala comum, seus direitos são anulados. A metodologia utilizada, caracteriza-se pela pesquisa qualitativa com levantamento bibliográfico e documental. Para a fundamentação teórica, buscou-se autores que pudessem contribuir significativamente para com a pesquisa, sendo eles: Virgolim, Mendes, Alencar, Fleith, Delou, Antipoff, Costa, Lima, Damiani, Bueno e Bueno.

Os resultados apontam que o planejamento colaborativo quando construído com o envolvimento de todos, compreendendo as especificidades de cada um, pode proporcionar aos estudantes com Altas Habilidades/Superdotação sua visibilização, a fim de que os mesmos se sintam inseridos no processo e inclusos no contexto escolar.

METODOLOGIA

A metodologia pautada nessa pesquisa, é de abordagem qualitativa com levantamento bibliográfico e documental. Minayo (2004) explicita que a abordagem qualitativa é intencional no aprofundamento e a abrangência da compreensão. Nesse sentido podemos afirmar que a abordagem qualitativa permite ao pesquisador um olhar interpretativo que permita a construção de significados a partir dos materiais observados.



Gil (2008) enfatiza que a pesquisa bibliográfica permite maior benefício quando se tem acesso a uma bibliografia adequada, porém, é necessário os pesquisadores analisem profundamente cada informação. Assim sendo, busca-se compreender a pesquisa de forma ampla, interpretativa e detalhada. Marconi e Lakatos (2003, p.182), são incisivos ao destacarem que “[...] a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras”.

Nessa mesma perspectiva, Gil (2008) assegura que a pesquisa documental se assemelha a pesquisa bibliográfica, porém a pesquisa documental faz uso de materiais os quais ainda não receberam um tratamento analítico, permitindo assim uma análise aprofundada de tais fontes.

Assim sendo, a metodologia adotada permite a condução da pesquisa crítica e reflexiva, proporcionando a construção de novos conhecimentos a cerca da pesquisa em questão.

TRAJETÓRIA LEGISLATIVA DAS ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO NO BRASIL SOB A PERSPECTIVA DAS LDB's

Em 1945, Helena Antipoff na Sociedade Pestalozzi realiza o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com Altas Habilidades/Superdotação no Brasil, os quais na época eram denominados de bem-dotados (Antipoff e Campos, 2010). Desde então Altas Habilidades/Superdotação, vem discretamente fazendo parte da história da Educação Especial Brasileira.

A partir desse marco inicial, os avanços perante as especificidades, direitos e potencialidades dos estudantes com Altas Habilidades/Superdotação, foram ocorrendo paulatinamente.

Contudo, foi apenas em 1961, quando a nível federal, ocorre o primeiro registro legal, com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961, a qual dedicou em seus artigos 88 e 89 a Educação dos Excepcionais, onde expressava que quando possível enquadrá-los no sistema educacional da época. Tal expressão, “Excepcionais” foi cunhada por Helena Antipoff a fim de se referir aos deficientes e os superdotados (Delou, 2016).

Em 1971 com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), nº 5.692 de 11 de agosto, os estudantes antes denominados de “excepcionais”, são então denominados



conforme cada qual especificidade subentendida para época, sendo elas as deficiências físicas ou mentais, atraso considerável a idade regular da matrícula e os superdotados, os quais deveriam receber tratamento especial, de acordo com as normas fixadas pelos Conselhos de Educação (Brasil, 1971, art. 9º).

Com a atual Lei de Diretrizes e Bases (LDB), nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, é assegurado aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, a garantia de direito e o acesso ao currículo, métodos e recursos específicos para o atendimento de suas especificidades e potencialidades. Nessa normativa, a LDB reconhece os estudantes com Altas Habilidades/Superdotação, como público da Educação Especial.

Nesse sentido ao fazer uma observação do delineamento dos estudantes com Altas Habilidades/Superdotação sob a perspectiva da Educação Inclusiva, observa-se que os mesmos foram ganhando seus espaços e direitos perante as Leis de Diretrizes e Bases. Todavia, nem sempre apenas o reconhecimento legal, é o que efetiva uma prática de inclusão ativa. Apesar de tais avanços, muitos estão a deriva do processo educativo, confronta-se com a ideia do anonimato, os quais muitos estudantes tem passado na sala de aula comum, sendo conseqüentemente seus direitos não assistidos. Em razão disso, muitas pesquisas, ferramentas e práticas pedagógicas tem se buscado a fim de proporcionar o atendimento, a valorização das potencialidades e o auxílio nas especificidades desses estudantes no contexto escolar.

Autores como Virgolim, Fleith e Alencar destacam a importância da identificação precoce desse estudantes com Altas Habilidades/Superdotação, a fim de proporcionar aprendizagens desafiadoras e que os estimulem. Nesse sentido, analisa-se que é fundamental políticas públicas sólidas que proporcionem a base para uma educação inclusiva, porém a efetivação real no contexto da sala comum, se faz necessário a utilização de práticas educativas inclusivas.

PLANEJAMENTO COLABORATIVO, UMA FERRAMENTA PARA O PROCESSO DE INCLUSÃO

A necessidade de pensar em práticas pedagógicas se tornam indispensáveis, a fim de que possam auxiliar a garantia dos direitos dos estudantes com Altas Habilidades/Superdotação, como também sua visibilidade na sala de aula comum, reconhecendo-os como parte integrante da diversidade. Costa et al., 2023, p. 42 enfatiza



que: “[...] a inclusão escolar compreende muito mais do que a ampliação das condições de acesso dos/as estudantes à escola. É preciso garantir condições para que todos/as possam aprender e usufruir plenamente dos processos escolares”.

Mendes, Vilaronga e Zerbato (2024), enfatizam que todos os profissionais da educação, incluindo a gestão, precisam estar pautados nos princípios de uma educação inclusiva, a fim de colocá-los em prática, caso contrário o fracasso dos estudantes, sujeitos de direito são inevitáveis.

Assim sendo, o planejamento colaborativo se apresenta como uma estratégia e ferramenta de grande influência e construção para o processo de inclusão desses estudantes. Segundo afirma Lima et al., 2024, p. 5 “[...] a organização das ações por meio de um planejamento colaborativo é essencial para o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas, atendendo ao direito de todos(as) de aprender e se desenvolver, segundo suas especificidades”.

Damiani (2008) apresenta a colaboração entre os professores como uma grande potência, a fim de enriquecer e apresentar possibilidades de sucesso as complexidades da tarefa pedagógica. Nesse sentido podemos afirmar que o planejamento colaborativo constrói um compartilhamento de correspondabilidade entre os professores envolvidos, proporcionando assim diferentes visões que buscam um objetivo comum, a construção do conhecimento.

Podemos também destacar que conhecer as características, preferências, especificidades e potencialidades dos estudantes com Altas Habilidades/Superdotação, para a construção do planejamento colaborativo, é essencial para que os mesmos se sintam incluídos e participantes desse processo. Senff é enfática ao detalhar intrinsecamente a base e o direcionamento de um planejamento colaborativo:

O cerne do planejamento colaborativo, portanto, é a ideia de que os(as) professores(as) possam se unir para compartilhar ideias, trocar experiências, debater estratégias de ensino e construir planos de aula conjuntos. É por meio do planejamento que os(as) professores prevêm suas ações e orientam a sua prática, assim, é importante considerar um planejamento flexível, que possibilite também aos(a) estudantes a participação nele (Senff, 2024, p. 55)

A partir dessa perspectiva, observa-se que o planejamento colaborativo vai além do ato de planejar em conjunto, mas sim de construir um planejamento pautado na reflexão, diálogo e construção coletiva, no qual o objetivo é proporcionar uma educação de qualidade e equidade a todos os estudantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



A pesquisa teve por objetivo analisar como o planejamento colaborativo pode auxiliar na visibilidade e na inclusão dos estudantes com Altas Habilidades/Superdotação dentro da sala comum. No decorrer da pesquisa, foi possível compreender a efetivação da educação inclusiva, vai além das políticas públicas, é necessária uma atuação consciente de todos os profissionais da educação que compreende o contexto escolar, a fim de desenvolverem práticas pedagógicas que proporcionem e efetivem o acesso e a garantia da educação a todos os estudantes.

O planejamento colaborativo é apresentado na pesquisa como uma ferramenta fundamental para consolidar práticas inclusivas que auxiliem os estudantes com Altas Habilidades/Superdotação serem visibilizados, ouvidos e estimulados no contexto da sala de aula comum. Ao envolver diversas visões, baseado no diálogo, reflexão e objetividade, o planejamento colaborativo potencializa a implementação e a construção de uma educação inclusiva.

Todavia, a pesquisa pontua e reconhece os desafios que ainda precisam ser superados. A formação inicial, continuada e em serviço, precisam contemplar, novas pesquisas, diálogos e estudos sobre o tema Altas Habilidades/ Superdotação, a fim possibilitar que mais profissionais da educação tenham acesso e conhecimento, compreendendo as características, potencialidades e as especificidades desse público de direito.

Conclui-se que o planejamento colaborativo é uma ferramenta com potencialidade para a efetivação ativa, para a inclusão dos estudantes com Altas Habilidades/Superdotação, visto que o mesmo é baseado no diálogo, corresponsabilidade e construção de práticas inclusivas, pensado na equidade e especificidade de cada estudante.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar a minha sincera gratidão a minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Sandra Salete Camargo da Silva, por toda dedicação e apoio durante todo esse processo de pesquisa, sua orientação e incentivo constante, foram essenciais. Agradeço de igual modo, a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), pelo apoio recebido enquanto bolsista, possibilitando assim a realização da mesma



REFERÊNCIAS

ANTIPOFF, C. A.; CAMPOS, R. H. F. **Superdotação e seus mitos**. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/cFcPTS7QRGqk9mKZsW5tWVz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 22/10/2025.

BUENO, J. J.; BUENO, S. Planejamento na escola inclusiva: o DUA como possibilidade. In: SILVA, S. S. C.; SACHINSKI, I. (Org.). **EPEDIN: Uma década de percursos, percalços e avanços inclusivos**. União da Vitória, PR. Editora Íthala, 2022, p. 105-113.

BRASIL. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Presidência da República, 1961. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm. Acesso em: 17 dez. 2024.

BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Presidência da República, 1971. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5692.htm. Acesso em: 09 jan. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 07 jan. 2025.

COSTA, J. D. V.; SILVA, M. A. B.; PEDROSO, C. C. A.; MENDES, E. G. Construindo “nós”: uma escola alicerçada nos princípios colaborativos e inclusivos. In: MENDES, E. G. (org.). **Práticas inclusivas inovadoras no contexto da sala comum**. Campos dos Goytacazes, RJ: Encontrografia, 2023. P.40-63.

DAMIANI, M. F. **Entendendo o trabalho colaborativo em educação e revelando seus benefícios**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

DELOU, C. M. C. O atendimento educacional especializado para alunos com altas habilidades/superdotação no ensino superior: possibilidades e desafios. In: MOREIRA, L. C.; STOLTZ, T. **Altas Habilidades/Superdotação, Talento, Dotação e Educação**. Curitiba, PR. Juruá Editora, 2016, p. 129-142.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LIMA, D. A. T. V.; SILVA, E. S.; OLIVEIRA, J. G.; SENFF, J. R. G.; SILVA, S. S. C. **O planejamento colaborativo como estratégia inclusiva**. Anais do X CONEDU. Campina Grande: Realize Editora, 2024. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/109968H>. Acesso em: 28 out. 2025.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MENDES, E. G.; VILARONGA, C. A. R.; ZERBATO, A. P. **Ensino Colaborativo como apoio à inclusão escolar: Unindo Esforços entre educação comum e especial**. São Carlos, SP. EdUfSCar, 2024.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde**. 89 ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2004.



SENFF, J. R.G. **O planejamento colaborativo entre o(a) professor(a) do atendimento educacional especializado da sala de aula comum e o(a) segundo(a) professor(a) de turma.** Dissertação (Mestrado em Educação Inclusiva) - Universidade Estadual do Paraná, União da Vitória, 2024.

